

Gasto com pessoal cai, mas Tesouro quer ajuste

Por Fabio Graner | De Brasília

A despesa com pessoal da União teve ligeira queda neste início de ano, ante igual período do ano passado, em sua relação com a receita. No entanto, ela ainda está cinco pontos percentuais acima do apurado em 2014 e o Tesouro defende ajustes nessa despesa para melhorar o quadro fiscal.

Segundo dados recentemente divulgados pelo órgão, a relação entre a folha de pagamentos da União e sua arrecadação ficou em 27,87% nos 12 meses encerrados em abril, ante 28,12% em igual período de 2018. Em 2014, era 22,86%. O melhor momento foi em 2008, quando, na mesma base de comparação, ficou em 19,15%.

A relação entre gasto com pessoal e receita é um indicador determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e acompanhado quadrimestralmente pelo Tesouro. Esse índice tradicionalmente tem ficado bem abaixo dos limites permitidos pela LRF. Além do geral, a LRF tem

limites prudenciais e de alerta, todos cumpridos com folga.

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse ao Valor que o fato de o indicador estar abaixo dos limites não elimina a necessidade de se atacar essa despesa, ponto que começou a ser mais enfatizado por ele recentemente. Ele explica que há uma necessidade de um ajuste fiscal de dois pontos percentuais do PIB na despesa para viabilizar o teto de gastos. Para isso, diz, não basta a reforma da Previdência, é preciso também atacar a despesa com funcionalismo.

"De 2014 a 2018 a despesa com pessoal ativo e inativo aumentou 0,5 ponto do PIB. Essa conta passou a crescer em 2017, 2018 e 2019 cerca de R\$ 20 bilhões a R\$ 22 bilhões por ano. Despesa como percentual da RCL cresceu de 2014 a 2018. Se não controlar despesa com pessoal, o governo federal terá que cortar mais ainda do investimento", comentou. "O limite de 60% para essa despesa no governo federal não é limitador. Se governo fosse gastar tudo que permite a LRF, a despesa com pessoal ativo e inativo dobraria

e iria de 4,3% do PIB, em 2018, para cerca de 9% do PIB!"

Para o ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e especialista em finanças públicas Manoel Pires, os limites da LRF para gasto com pessoal são muito elásticos porque incluem a receita previdenciária na conta. Com isso, não se efetiva como limitador adequado para essa despesa.

Ele lembra que Previdência e pessoal representam 65% da despesa federal e nos últimos anos estão "espremendo" outros gastos, como investimentos. "Temos uma proposta do governo para Previdência, mas não para o de pessoal para os próximos quatro anos", disse, avaliando como difícil que o governo consiga segurar em todo o período as pressões salariais.

Para ele, o ideal seria estabelecer uma regra mais rígida para o gasto com pessoal da União, como a correção dessa rubrica apenas pela inflação ou até menos. "Melhor colocar um teto nas despesas que dão problema, como essa", disse.

Guedes critica 'estímulos artificiais' à economia

Por Edna Simão, Ana Krüger e Marcelo Ribeiro | De Brasília



Guedes: "Se fizer uma reforma forte, ela bota o Brasil para crescer imediatamente. Os investimentos estão represados, à espera do que vai acontecer".

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o governo está cauteloso para fazer anúncio de medidas de estímulo à economia no curto prazo porque, sem a aprovação de uma reforma da Previdência, com potência fiscal de R\$ 1 trilhão, até mesmo pequenas ações são "perversas". "Não se pode fazer esses movimentos, de estímulos artificiais, sem fundamentos corrigidos", disse.

Em reunião na Comissão de Finanças e Tributação, Guedes ressaltou que a liberação do PIS/Pasep "está pronta para disparar", mas a do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pode demorar um pouco mais pois está sendo estudado o impacto sobre o setor de construção civil. Também vai ajudar o Plano Mansueto de socorro financeiro aos Estados, cujo

projeto de lei foi enviado ao Congresso.

"Falamos muito da Previdência, como se isso fosse tudo. Mas é só um início. O início da tarefa implica no gasto mais acelerado, que é o da Previdência. A economia de R\$ 1 trilhão com a reforma nos permite encerrar a fase de contenção", disse o ministro.

O ministro, que foi convocado à reunião após não comparecer a dois convites, defendeu ainda a manutenção dos Estados e municípios na reforma da Previdência, afirmou que o custo de transição para o capitalização não é tão alto quanto estão dizendo e que a possibilidade de cobrança de contribuição patronal dos jovens do novo regime pode limitar a geração de emprego. Ele ressaltou várias vezes que a reforma da Previdência é o primeiro passo, que os próximos serão reforma tributária e pacto federativo.

"Eu não vejo ninguém de braço cruzado, eu suponho que esteja todo mundo trabalhando. Ainda não aprovou [projetos como a lei anticrime e a Previdência] porque não deu tempo, é o rito normal da democracia", disse, em reunião que mesclou momentos de tranquilidade com embate entre o ministro e o vice-líder do PT, Rui Falcão (SP) e teve visita relâmpago do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo

Maia (DEM-RJ) e do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

Guedes reforçou que, se a reforma for aprovada, a retomada do crescimento econômico é imediata pois muitos investidores estão aguardando "clarear" o cenário para injetar recursos no país. "Se fizer uma reforma forte, ela bota o Brasil para crescer imediatamente" contou. "Os investimentos estão represados, à espera do que vai acontecer. A bolsa [de valores] é só um sinalizador de futuro", emendou.

A situação ficaria ainda melhor se for aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, que autoriza a criação de um regime de capitalização. Para Guedes, o país teria condições de crescer "acima de 3% e 4% por vários anos". "O Brasil é uma baleia ferida que foi arpoada várias vezes, foi sangrando, sangrando, até que parou de se mover", disse.

Guedes defendeu a manutenção dos Estados e municípios na reforma da Previdência. Os deputados querem retirar os entes do texto para não assumirem o ônus de aprovar uma medida impopular. Mas, ressaltou que a decisão é dos parlamentares.

O ministro ressaltou que, se o Congresso Nacional não estivesse discutindo a reforma da Previdência Social, a situação da economia





brasileira estaria pior. Guedes voltou a relatar que recebeu um convite da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2015, para assumir a pasta. Ele disse que jamais imaginou que Dilma sofreria o impeachment, mas que terminaria o governo enfraquecida. O ministro disse que o mérito do governo do ex-presidente Michel Temer foi ter aprovado o teto do gasto e a reforma trabalhista. Segundo Guedes, se não fosse isso, o Brasil não estaria como a Venezuela mas estaria como a Argentina.

Guedes afirmou que a aprovação da reforma da Previdência é o primeiro passo. Em seguida, a prioridade é a reforma tributária e o projeto do governo que abrange o imposto único federal. "Queremos simplificação e consideramos o

imposto único federal. Vamos trazer a proposta de redução e simplificação de impostos e vamos olhar para a dimensão social", disse Guedes. Além disso, a ideia é encaminhar ao Senado o redesenho do pacto federativo, após a reforma da Previdência.

Assim como em outros discursos, destacou que em governos anteriores houve contratação excessiva de servidores. Com o ajuste fiscal, essas contratações estão suspensas. O ministro defendeu a simplificação e desburocratização para que o país melhore o ambiente de negócios em quatro anos passando do 109º lugar do ranking para 50º. Ele destacou que o Brasil tem condições, a partir do avanço da agenda de reforma, de entrar na OCDE em dois anos.

Governo envia ao Congresso plano de socorro estadual

Por Fabio Graner, Carla Araújo e Juliano Basile | De Brasília



Mansueto: secretário do Tesouro Nacional elaborou plano de socorro.

Prometido desde o início do ano, o governo finalmente enviou ao Congresso o projeto de lei complementar que trata do socorro aos Estados com problemas fiscais. O programa, elaborado pelo secretário Nacional do Tesouro, Mansueto Almeida, foi apelidado de "Plano Mansueto" pela equipe econômica. Seu nome oficial é Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), e, se aprovado pelos parlamentares, viabilizará até R\$ 40 bilhões (R\$ 10 bilhões ao ano) em recursos de empréstimos até o fim do atual mandato dos governadores e dos prefeitos que assumirão em 2021.

O dinheiro do crédito será liberado em parcelas para os entes que tenham nota de risco C (hoje 13 Estados) e estão impedidos de tomar empréstimos com garantia do Tesouro Nacional. O volume que cada um receberá dependerá do esforço a ser definido no plano ou

representar 12% da receita corrente líquida, o que for menor.

Pelo projeto de lei complementar, os Estados terão que escolher e cumprir ao menos três de oito opções de medidas de ajuste fiscal para receber os recursos. São elas: autorização para privatização de empresas do setor financeiro, energético, saneamento ou gás para quitar dívidas (com liberação de recursos vinculada a isso); redução de no mínimo 10% dos incentivos fiscais ou benefícios tributários; revisão do regime jurídico único dos servidores públicos; instituição de regras para limitar o crescimento da despesa corrente; eliminação de vinculação de impostos não previstas na Constituição; criação de "unidade de tesouraria", uma espécie de conta única dos três poderes locais para gestão financeira do Tesouro local; adoção de reformas para prestação de serviços de gás canalizado; contratação de serviço de saneamento no modelo de concessão.

As parcelas serão liberadas após verificação do cumprimento desses compromissos. Contudo, inspirada na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a proposta prevê que o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia (cargo hoje ocupado por Waldery Rodrigues) poderá revisar avaliação de descumprimento de metas do plano de ajuste em casos de "baixo

crescimento econômico", conforme definido pela LRF, e de "calamidade pública" reconhecida pelos legislativos locais".

Segundo nota divulgada ontem pelo Palácio do Planalto, o projeto de lei complementar altera também a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para esclarecer questões como a apuração de gastos com pessoal, dando prazo até 2024 para os entes desenquadrados se adequarem ao limites da leis. Essa tem sido uma fonte de desequilíbrio fiscal porque os Estados acabam, com aval dos tribunais de contas locais, usando de artifícios para subestimar esse tipo de despesa, para cumprir a lei.

O projeto proíbe que aumentos parcelados de despesa com pessoal sejam implementados em períodos posteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou Órgão. E também veda ao governante assumir compromissos que não possam ser cumpridos em seu mandato sem que haja caixa disponível ao fim do exercício. Essa iniciativa valerá inclusive para a União, a partir de 2026, bem como para os Estados. Para os municípios, valerá a partir de 2024.

Outra condição para o socorro aos Estados prevista no projeto será a adesão (ou compromisso em fazê-lo) ao Programa de Acompanhamento e Transparência





Fiscal (PAF Transparência). Ele tem por finalidade "aperfeiçoar a transparência dos dados financeiros, de modo a permitir a fiscalização do PEF e o conhecimento da real situação fiscal dos entes à sociedade, bem como melhorar a coordenação da política fiscal dos entes subnacionais com a União, a fim de garantir a sustentabilidade fiscal do setor público e a estabilidade econômica do país".

Nesse sentido, os Estados e municípios que aderirem terão ter que dar acesso à Controladoria-Geral da União (CGU) aos seus sistemas contábeis e outros sistemas que afetem as informações necessárias para se verificar o cumprimento das regras do programa.

Em nota, o Tesouro informou que o PEF tem por objetivo melhorar a

classificação de risco (Capag, na sigla do Tesouro) dos Estados. "Como o investimento não entra na despesa corrente, o investimento público não é sacrificado", completa.

Segundo o Tesouro, para aumentar a poupança será preciso que os estados façam uma combinação de corte real de despesa com aumento real da arrecadação, cabendo a cada estado decidir como fazer esse ajuste. "O PEF será um programa emergencial para ajudar os estados e municípios nessa fase de transição do equilíbrio fiscal. Estados que não aderirem ao longo do biênio 2019-2020 dificilmente poderão ingressar no programa após esse prazo, já que será muito difícil começar um ajuste que leve à recuperação da Capag nos últimos dois anos de mandato", explica.

Comissão aprova PEC do Orçamento impositivo com concessão para Estados

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília

A comissão especial que analisa a proposta de emenda à Constituição (PEC) do Orçamento impositivo das emendas de bancada aprovou ontem, numa votação relâmpago e simbólica, o parecer do deputado Carlos Gaguim (DEM-TO) a favor do projeto. O texto foi modificado, numa negociação com a equipe econômica, para determinar que o governo federal poderá ressarcir a Petrobras em R\$ 33 bilhões sem estourar o teto de gastos, como parte da renegociação do contrato de cessão onerosa para exploração do pré-sal na Bacia de Santos, e que o excedente do bônus de assinatura será dividido em 15% para os Estados e 15% para os municípios.

Segundo o deputado Gaguim, a equipe econômica queria um percentual menor, de 15% no total para Estados e municípios, mas foram "convencidos" de que era necessário repassar mais dinheiro, por isso foi ampliado para 30% - a estimativa, portanto, é que recebam cerca de R\$ 21 bilhões e o governo, R\$ 49 bilhões.

A PEC determina que um projeto de lei posterior, de iniciativa do presidente da República, definirá os "critérios e condições" para divisão

do dinheiro entre os governadores e prefeitos. O governo, portanto, ainda terá força para travar a divisão ou negociar outras compensações com os governadores, como apoio a outros projetos, a reforma da Previdência entre eles. A distribuição dos recursos da exploração dos campos de pré-sal também não será automática e dependerá de uma lei posterior a ser votada pelo Congresso. Já há projetos em discussão nesse sentido.

Além disso, o projeto determina que as emendas de bancadas, feitas em conjunto pelos deputados de cada Estado, serão obrigatoriamente pagas, no volume de 0,8% da receita corrente líquida no primeiro ano e 1% no segundo ano. O governo federal também será obrigado a executar as despesas "finalíssimas", como investimentos, exceto em casos de insuficiência financeira.

A aprovação da PEC na comissão foi relâmpago e pode ser votada em plenário já hoje - o que garante, caso não ocorram mudanças, a promulgação das regras sobre o Orçamento impositivo, já aprovadas pelo Senado, enquanto a divisão do pré-sal ainda será avaliada pelos senadores. Gaguim apresentou seu parecer ontem, o texto recebeu apoio dos poucos parlamentares, não houve sequer pedido de vista e o texto foi aprovado.

Parecer que autoriza descumprimento de regra de ouro pode ser votado hoje

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) fará reunião hoje, às 10h, para tentar votar o parecer do deputado Hildo Rocha (MDB-MA) sobre o projeto de lei que dá aval para que o Tesouro Nacional emita R\$ 248 bilhões em títulos para pagar despesas como o Bolsa Família, o benefício de prestação continuada (BPC), aposentadorias urbanas e o Plano Safra até o fim do ano. Com a aprovação, o governo fica autorizado a descumprir a regra de ouro (de que não pode se endividar para pagar despesas correntes).

A oposição, contudo, está contra o projeto e já avisou que obstruirá a votação. Hoje haverá pedido de vista, o que atrasará a análise em duas semanas. Os partidos de oposição avisaram também que tentarão impedir que a sessão do Congresso conclua a votação dos 22 vetos presidenciais - o que abriria caminho para votar o projeto em plenário - e farão destaques para que dez deles sejam votados separadamente.

Segundo deputado Carlos Zarattini (PT-SP), o partido quer que o governo use parte dos créditos suplementares para investir R\$ 3 bilhões no Minha Casa, Minha Vida, R\$ 5 bilhões no Ministério da Educação, R\$ 2 bilhões para bolsas

do Ministério da Ciência e Tecnologia e R\$ 1 bilhão para os remédios de uso contínuo. "Sem isso não tem acordo", afirmou o petista, líder da oposição no Congresso.

Também há resistências nos partidos mais alinhados ao governo. "Ainda estamos avaliando como votar. Parece que há um problema legislativo, de não podermos alterar o projeto do governo sem alterar também a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas não queremos autorizar a emissão de R\$ 248 bilhões em títulos se o próprio governo admite que serão necessários só R\$ 146 bilhões", afirmou o deputado Domingos Neto (PSD-CE).

O governo afirmou que, do rombo de R\$ 248 bilhões na regra de ouro, R\$ 102 bilhões serão pagos com o superávit financeiro do Banco Central - o que depende, contudo, da aprovação de outro projeto pela CMO. O resto será bancado por títulos, o que aumentará a dívida pública.

Outros deputados da CMO sinalizam que apoiarão o pedido do governo. "Eu acho que deve votar como o governo encaminhou. Não vejo problema", disse o deputado Cacá Leão (PP-BA), que será relator da LDO de 2020. O parecer do relator é pela aprovação integral dos créditos e pelo aval para descumprir a regra de ouro.

Governo tenta aprovar hoje crédito suplementar

Clima não está bom para aprovação de R\$248,9 bi extras, diz presidente da comissão de Orçamento do Congresso

Daniel Weterman / BRASÍLIA

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso, senador Marcelo Castro (MDB-PI), avalia que o governo terá dificuldade para aprovar o crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões hoje no órgão. "O clima não está bom", disse. "Não é só a questão técnica, é a questão política, que tem de compreender", declarou.

O governo pediu a autorização do Congresso para um crédito extra a fim de garantir o pagamento de subsídios e benefícios assistenciais sem descumprir a chamada regra de ouro, que impede a emissão de dívida para pagar despesas correntes, como salários. "Vou colocar para votar. Aí vai no voto mesmo", comentou o presidente da CMO. A sessão da comissão está agendada para as 10 horas de hoje.

O governo precisa ter esse crédito aprovado no Congresso até

15 de junho para não haver risco aos repasses a aposentados, pessoas carentes que recebem assistência do governo, beneficiários do Bolsa Família e produtores que dependem do Plano Safra 2019/2020. O aval especial é necessário porque o governo corre o risco de descumprir a chamada regra de ouro do Orçamento. A aprovação de um crédito suplementar pelo Congresso é a única exceção para que dinheiro de empréstimos seja usado para bancar esses gastos sem que o presidente cometa crime de responsabilidade, passível de impeachment.

Ontem, líderes do governo conversam com parlamentares para negociar a votação do texto, que depois da CMO precisa ser aprovado por maioria absoluta, ou seja, por 257 deputados e 41 senadores, em uma sessão conjunta do Congresso, também marcada para hoje.

A votação no Congresso, porém, só ocorre após os parlamentares analisarem 23 vetos presidenciais que trancam a pauta. Do total, 13 são do presidente Jair Bolsonaro.

Verba extra enfrenta barreiras



Relator de projeto que abre crédito de R\$ 248 bilhões à União, deputado Hildo Rocha não vê ambiente favorável

SIMONE KAFRUNI

O governo terá de vencer vários obstáculos para conseguir que o Legislativo aprove crédito orçamentário suplementar de R\$ 248,9 bilhões de modo a evitar a paralisação de programas importantes no segundo semestre. Primeiro, precisa de um acordo para inverter a pauta da sessão do Congresso, marcada para hoje, às 14h, sob pena de ter que aguardar a apreciação de 24 vetos presidenciais antes que o assunto possa ser colocado em discussão. Também necessita negociar com a oposição, que promete obstruir a proposta, caso parte dos recursos não seja direcionada para as áreas de saúde, educação e ciência e tecnologia.

É a primeira vez, desde 1988, quando a Constituição entrou em vigor, que o Poder Executivo pede ao Congresso permissão para se endividar além da chamada regra de ouro, que proíbe a União de emitir títulos da dívida para pagar despesas correntes, como o custeio da máquina pública. O Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 4/2019 autoriza a suplementação para cobrir despesas e programas sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa-Família, o Plano Safra, e as aposentadorias de trabalhadores urbanos, entre outros.

Inversão de pauta

O PLN 4 precisa ser aprovado primeiro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização (CMO), que se reúne hoje pela manhã, para seguir ao Plenário do Congresso à tarde. No entanto, segundo o relator, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que apresentou parecer com apoio integral ao pedido do governo, o ambiente não é tão favorável quanto o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) quis fazer parecer.

“O projeto é prioritário para assegurar celeridade e tranquilidade ao governo. Conversei com todos os senadores da CMO e está praticamente acertado”, disse Alcolumbre. “Não estou sentindo essa tranquilidade toda na comissão. A oposição chiou na reunião de líderes, que reclamaram da falta de clareza do governo”, contestou Rocha. Segundo ele, o Executivo tem de ter “humildade de negociar”. “Fica difícil aprovar sem apoio da oposição, porque precisamos da inversão de pauta”, alertou.

O líder do PT na Câmara, deputado Paulo Pimenta (RS), disse que a oposição vai obstruir a votação se não houver uma negociação sobre os valores. “Estamos dispostos a dialogar se o governo recompuser o orçamento do Ministério da Educação, da ordem de R\$ 6 bilhões, destinar R\$ 3 bilhões para o Minha Casa Minha Vida, R\$ 3 bilhões para bolsas de estudo da área de ciência e tecnologia e R\$ 1 bilhão para a compra de medicamentos de uso contínuo”, elencou.